

Na última semana fizemos o lançamento de relatório exclusivo sobre Atenção Primária à Saúde (APS) produzido pelo Centro de Estudos e Planejamento em Gestão de Saúde da Fundação Getúlio Vargas (FGVsaúde) a nosso pedido. A publicação mostra que a assistência mais resolutiva e acolhedora permite melhora na qualidade do atendimento à saúde e maior controle dos custos assistenciais, mas ainda encontra desafios culturais, operacionais e de engajamento para ganhar escala em todo o país. Os resultados da publicação serão discutidos em debate promovido pela FGVsaúde, no próximo dia 24, quarta-feira.

Os autores do relatório ressaltam que os recursos de telessaúde, como as consultas por meio da telemedicina, são essenciais para auxiliar no processo de maior adoção da saúde primária para os beneficiários dos planos de saúde. Algumas destas práticas, adotadas durante a pandemia sob um regime de exceção, deveriam ser mantidas mesmo depois de findada a crise sanitária, indicam os autores.

"A telemedicina é uma ferramenta útil para facilitar o acesso do paciente ao sistema de saúde, mas ela não deve ser confundida com a atenção primária, que envolve pilares como o autocuidado apoiado, o uso de prontuários eletrônicos, a adoção de diretrizes clínicas e a integração com a atenção secundária e terciária, como hospitais e serviços especializados", reforça Alberto Ogata, pesquisador da FGVsaúde e um dos autores do relatório.

Dentre as sugestões do relatório para que a saúde primária possa ganhar escala também entre os atendimentos de saúde particulares, estão os registros eletrônicos em saúde, a busca ativa de pacientes, a telessaúde, a mudança na gestão das operadoras de planos, os incentivos financeiros e a educação em saúde de forma a envolver desde a liderança até o beneficiário.

O gestor precisa estar seguro e acreditar no projeto de atenção primária como um modelo racional que orienta a assistência e organiza a gestão dos planos de saúde, enquanto o beneficiário precisa ser orientado e convencido da eficácia desse método. "Também é importante ampliar a formação de profissionais especializados, como médicos de família, enfermeiros e agentes comunitários", complementa Ogata.

José Cechin, superintendente do IESS, lembra que o modelo tem foco no acesso e cuidado integral. "Uma maior coordenação dos cuidados tem o potencial de prover mais saúde para as pessoas e auxiliar na redução de custos porque faz uso mais eficiente dos recursos", explica.

Você pode acessar o relatório na íntegra [aqui](#). E também fazer a sua inscrição no debate da próxima quarta-feira por meio do [link](#).

Fonte: IESS, em 19.03.2021